

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**REQUERIMENTO Nº      , DE 2006**

**(Dos Srs. Cesar Medeiros e Luiz Alberto)**

Solicita seja formado um Grupo de Trabalho sobre a Eucaliptocultura no estado da Bahia para realizar visitas *in loco*, analisar e encaminhar sugestões no âmbito do legislativo, e outras instâncias cabíveis, com objetivo de buscar soluções sobre impactos sócio-ambientais em comunidades afetadas pela monocultura do eucalipto no extremo sul da Bahia.

Senhor Presidente:

Requeremos a V. Exa. seja formado um Grupo de Trabalho sobre a Eucaliptocultura no estado da Bahia para realizar visitas *in loco*, analisar e encaminhar sugestões no âmbito do legislativo, e outras instâncias cabíveis, com objetivo de buscar soluções sobre impactos sócio-ambientais em comunidades afetadas pela monocultura do eucalipto no extremo sul da Bahia.

### **Justificativa**

O agro-negócio do eucalipto tem elevado desempenho econômico, tendo experimentado significativa expansão em período recente. Empresas tais como Veracel Celulose S.A., empresa controlada pela brasileira Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso, e a Suzano Papel e Celulose ocupam um lugar de destaque no conjunto produtivo nacional e, em especial, em alguns estados e regiões, em particular no extremo sul do estado da Bahia.

A valiosa contribuição dessas empresas para a geração de divisas, além de seus projetos sociais e praticas ambientais, é bastante divulgada e conhecida. Esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizou ano passado produtiva audiência pública em que foi discutida amplamente o quadro sócio-econômico relativo à indústria do eucalipto e as comunidades envolvidas. Entretanto, como ficou demonstrado na aludida Audiência Pública, vários atores sociais têm questionamentos quanto ao efetivo alcance dessas ações e, em especial, o retorno dos supostos benefícios da monocultura do eucalipto para as

comunidades diretamente afetadas. Embora, grupos sociais específicos, tais como comunidades indígenas, negras e remanescentes de quilombos, bem como trabalhadores da indústria da celulose e papel recebam alguns dos benefícios da excelente performance econômica das empresas do setor, estão da mesma forma profundamente preocupadas com os efeitos negativos decorrente da monocultura de espécies exóticas. Questiona-se o efetivo cumprimento da legislação ambiental, os impactos ambientais de longo prazo em área previamente ocupada por Mata Atlântica, a geração direta de empregos, entre os outros fatores.

Nesse sentido, é fundamental o envolvimento da Câmara dos Deputados com esse conjunto de questões a fim de aprimorar a legislação que tem como objetivo o bom manejo ambiental, e instar para sua efetiva implementação, a promoção de desenvolvimento sustentáveis, e a contínua elevação da qualidade da força de trabalho, bem como preservação das condições de vida das comunidades tradicionais. Ampliando os canais de comunicação e intercâmbio entre todos os atores interessados, a Câmara dos Deputados estará prestando sua indispensável contribuição para a promoção do aprimoramento das relações de produção, preservação ambiental e condições sociais.

Pelo exposto, conclamos os nobres pares a aprovar este requerimento.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2006.

Luiz Alberto  
Deputado Federal PT/BA